



TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO:

O objeto da presente licitação é o registro de preços para aquisição de pneus e câmaras de ar, visando atender às demandas de manutenção da frota veicular da SEMOT.

Segue relação dos itens a serem licitados:

ITEM	QUANT.	UND. DE MEDIDA	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO
01	40	UN	Câmara de ar 12 - 16.5
02	24	UN	Câmara de ar 14 X 17,5.
03	80	UN	Câmara de ar R24 com válvula curta, para ser usada no pneu 1400 X 24.
04	12	UN	Pneu 12,5/80-18, 12 lonas, com fabricação não superior a 12 meses, conforme NBR NM 251.
05	50	UN	PNEU 12 X 16,5, 12 LONAS com fabricação não superior a 12 meses, conforme NBR NM 251.

1.1. Observações do Objeto:

1.1.1 – Deverão comprovar Selo de eficiência energética, segurança e ruído do Programa Brasileiro da Etiquetagem do INMETRO (Portaria do Inmetro nº 544/2012), conforme decisão exarada pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul quando do julgamento do processo de representação nº 19460-0200/21-8.

1.1.2 - A empresa detentora da ata deverá apresentar Declaração de compromisso de coletar e dar destinação adequada aos pneus inservíveis (logística reversa), nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 01/2010, do artigo 33, inciso III, da Lei Federal nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, dos artigos 1º a 9º da Resolução CONAMA nº 416/2009 e da legislação correlata, conforme decisão exarada pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul quando do julgamento do processo de representação nº 19460-0200/21-8.



1.1.3 - A fabricação dos itens não deverá ser superior a 12 meses.

2. JUSTIFICATIVA:

A aquisição dos materiais tem por finalidade atender às demandas da SEMOT relacionadas à manutenção da frota veicular, responsável pelo transporte de servidores e pela execução das atividades de manutenção e conservação de vias e espaços públicos, urbanos e rurais. Trata-se de contratação imprescindível para assegurar a continuidade dos serviços, bem como a operacionalidade e a segurança dos veículos, evitando paralisações e prejuízos ao desempenho das atribuições da Secretaria.

Cumpre salientar que se tratam de itens fracassados no processo licitatório anterior, de N.º 2025-316, Pregão Eletrônico N.º 125/2025 e dois itens acrescentados ao processo conforme memorando N.º 039/2026, anexo. Considerando que não há ata de registro de preço vigente para esses itens, faz-se necessária a abertura de nova licitação, a fim de evitar a descontinuidade no fornecimento e garantir a regular manutenção do atendimento à demanda desta Secretaria.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

A contratação está devidamente prevista no Estudo Técnico Preliminar elaborado por essa Secretaria, bem como no PAC.

Considerando que estes materiais são de uso contínuo e de suma importância para a manutenção e desenvolvimento das atividades da Secretaria, não é possível que a SEMOT permaneça sem seu fornecimento, justificando a contratação ora proposta.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

A solução proposta é o registro de preços para aquisição de pneus e câmaras de ar, visando sanar a necessidade desta Secretaria no cumprimento das suas demandas, principalmente na manutenção da frota veicular da SEMOT, que transporta funcionários e opera diariamente na manutenção e conservação dos espaços públicos, sobretudo das estradas e vias municipais. Conforme as especificações e condições descritas em cada item neste Termo de Referência, a Administração Pública Municipal realizará de forma efetiva suas atividades para sanar sua demanda no que tange a estes serviços/materiais.



5. LOCAL E DATA DE ENTREGA:

5.1. Local de entrega: Os materiais deverão ser entregues na Secretaria Municipal das Obras, Trânsito e Segurança (SEMOT), no endereço Rua Senador Alberto Pasqualini, nº 867, Bairro Cidade Alta, Santo Antônio da Patrulha ou no endereço indicado pelo fiscal da ata, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos a contar da solicitação formal enviada pelo fiscal, por meio do envio da Nota de Empenho, de segunda à sexta-feira, no horário compreendido entre 7h30 min e 11h30 min e 13h30 min e 17h30 min; à critério da administração municipal, este horário poderá ser alterado.

5.2. Os pneus e câmaras de ar deverão ser entregues em perfeito estado, sem qualquer dano físico ou mecânico decorrente do manuseio ou transporte.

5.3. Os materiais estarão sujeitos à contestação do fiscal caso não atendam às especificações exigidas no edital. Nessa hipótese, o licitante vencedor deverá obrigatoriamente corrigir as eventuais falhas apresentadas ou proceder à substituição dos itens.

5.4. Caso o objeto entregue não atenda às especificações exigidas, esta Secretaria rejeitará o material e lavrará termo de não conformidade, que será encaminhado à autoridade superior para análise e adoção das medidas cabíveis, sob pena de responsabilidade.

5.5. A Secretaria terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para processar a conferência e aceitação final do material.

5.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do empenho, ficando esta obrigada a substituir, total ou parcialmente, o objeto do empenho caso, a qualquer tempo, sejam verificados vícios, defeitos ou incorreções.

5.7. A entrega do material licitado será de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal das Obras, Trânsito e Segurança, mediante solicitação do fiscal da ata.

6. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

6.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses a contar da assinatura da ata.



7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações deverão observar o princípio do parcelamento, sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, de modo a ampliar a competitividade e evitar a concentração de mercado. O §1º do mesmo artigo estabelece que, na aplicação desse princípio, devem ser considerados fatores como a responsabilidade técnica, o custo administrativo decorrente da gestão de múltiplos contratos e as vantagens da divisão do objeto em itens, especialmente quando não se tratar de sistema único e integrado.

Considerando tais parâmetros, o parcelamento do objeto em itens distintos é viável e conveniente, a saber: pneus e câmaras de ar. Embora ambos os insumos sejam utilizados de forma complementar na execução dos serviços de transporte de servidores quanto na execução diária de serviços de manutenção e conservação dos espaços públicos, com destaque para estradas e vias municipais, possuem natureza, características técnicas, unidades de medida e processos de fornecimento distintos, o que possibilita a contratação independente de fornecedores diferentes para cada material, sem prejuízo à execução do objeto final pretendido pela Administração.

O parcelamento, nesse contexto, favorece a ampliação da competição, permitindo a participação de empresas especializadas em cada tipo de produto, reduz o risco de concentração de mercado e contribui para a obtenção de propostas mais vantajosas sob o ponto de vista econômico.

Ademais, a divisão do objeto não compromete a responsabilidade técnica nem a gestão contratual, uma vez que a fiscalização e o recebimento dos materiais permanecem centralizados nesta Secretaria, que detém o controle sobre as quantidades e a qualidade dos insumos aplicados.

Dessa forma, em observância ao princípio do parcelamento, a presente contratação será estruturada em itens independentes, assegurando a economicidade, a competitividade e a adequada execução dos serviços de manutenção das vias urbanas e rurais e o transporte de funcionários da Secretaria.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Estima-se que o valor da aquisição será aquele realizado pelo Departamento de Compras em momento oportuno.

Vislumbra-se que tal valor deverá ser compatível com os orçamentos e com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal nº 16/2023, que



estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de Santo Antônio da Patrulha, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

9. FORMA DE PAGAMENTO:

9.1. O pagamento será efetuado até 15 (quinze) dias após a apresentação da nota fiscal. A DETENTORA DA ATA deverá apresentar os documentos de cobrança, em nome da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, nos quais deverão estar discriminados os materiais entregues e deverá ainda constar na Nota Fiscal o número da Nota de Empenho prévio, emitida por esta Prefeitura.

9.2. O pagamento somente será realizado após a liberação realizada pelo fiscal da ata, designado em Portaria Especial.

9.3. Não será efetuado qualquer pagamento à DETENTORA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

9.4. O CNPJ da DETENTORA DA ATA constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório, e no corpo da nota deverá obrigatoriamente constar o número deste processo, o número da Licitação, o número da nota de empenho prévio, emitida por esta Prefeitura, e os dados bancários da empresa, bem como conter ainda as assinaturas dos fiscais na Nota Fiscal.

9.5. A DETENTORA DA ATA deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura, destacados os valores relativos ao IR, INSS (nos termos da Lei Previdenciária) e o ISS, caso ocorra fato gerador destes e outros impostos, sob pena de retenção dos valores no ato do pagamento, conforme disposto no Decreto Municipal nº 271/2022 e IN RFB nº 1.234/2012, alterada pela IN RFB 2108/22.

9.6. A DETENTORA DA ATA deverá emitir 01 (uma) nota fiscal por empenho (caso sejam emitidos mais de um empenho para os materiais entregues).

10. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE:

10.1. Efetuar o pagamento conforme o determinado neste instrumento.



10.2. Cobrar a fiscalização da ata de registro de preços, que será realizada por servidor designado por portaria.

10.3. Durante a vigência da ata de registro de preços, enviar correspondência a FORNECEDORA, sempre que necessário, informando possíveis ações que estejam em desacordo com o estabelecido.

11. RESPONSABILIDADES DA DETENTORA DA ATA:

11.1. Executar o objeto licitado conforme especificações deste Termo de Referência e seus anexos, e em consonância com a proposta de preço apresentada.

11.2. Obedecer à cronologia de entrega do material, atendendo as solicitações da CONTRATANTE.

11.3. Indenizar terceiros por eventuais prejuízos decorrentes da execução ou inadimplência da ata, independentemente das sanções aplicáveis e demais responsabilidades.

11.4. Comunicar por escrito, na forma do estabelecido neste instrumento, qualquer anormalidade que, eventualmente, apure ter ocorrido na entrega dos materiais, ou que possam comprometer a sua qualidade.

11.5. Não transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

11.6. Atender as determinações da fiscalização da CONTRATANTE.

11.7. Manter, durante a validade da ata, as mesmas condições de habilitação.

11.8. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE no prazo de 03 (três) dias.

11.9. Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais.

11.10. Efetuar a substituição do bem, objeto da ata de registro de preços, caso não esteja de acordo com o exigido.

11.11. Manter em estoque e em perfeitas condições de uso os objetos da presente licitação.

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

12.1. Os recursos orçamentários para fazer frente às despesas da presente licitação serão alocados



quando da emissão da Nota de Empenho.

Pedido de Compra: 2026/76.

Santo Antônio da Patrulha/RS, 03 de fevereiro de 2026.

Marcelo Santos da Silva,
Secretário Municipal das Obras, Trânsito e Segurança.